



CARLOS SANTIAGO
csantiago@jj.com.br

Clima tenso

Já nos 'acrêscimos', a audiência pública de ontem em Jundiá virou um pandemônio, depois que o vereador Paulo Sérgio Martins foi à tribuna para, conforme o regimento, responder aos questionamentos. Uma parte da 'torcida' passou a trocar insultos com o vereador. Gustavo Martinelli suspendeu a sessão - e determinou o fim dos trabalhos alguns minutos depois.

Organizados?

Um grupo com cerca de 30 pessoas, com bonés e camisetas da Torcida Jovem, do Santos, teria sido trazido à Câmara de Jundiá em ônibus fretado da Baixada, apenas para fazer arruaça. Foi essa a acusação feita ao final da audiência pública de ontem. "Nem de Jundiá eles são. Vieram badernar", foi o desabafo de um cidadão.

Sem revoadada

O deputado federal Miguel Haddad (PSDB) participou da reunião em que a cúpula do partido nacional resolveu permanecer no governo de Michel Temer. Foram mais de três horas de conversa, em que os 41 deputados tucanos decidiram 'não tomar qualquer decisão que possa agravar a crise nacional'.

Orçamento

A Câmara de Campo Limpo Paulista realizou audiência pública sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018. A receita estimada é de R\$ 194,8 milhões. A audiência marcou a 'estreia' do secretário de Administração e Finanças, Wilson Roberto Caveden - que assumiu no lugar do vice-prefeito Aléssio Grandizolli.

Absolvida

A jornalista Cláudia Cruz, mulher do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), foi absolvida pelo juiz Sérgio Moro, na ação em que era acusada de ter se beneficiado de propina desviada da Petrobras em favor de seu marido. A informação foi antecipada pela Folha de S.Paulo. Para o juiz, faltou materialidade à acusação, que não conseguiu demonstrar o rastro do dinheiro até a conta da jornalista. Cruz foi denunciada sob acusação dos crimes de lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Pronunciamento

Em meio a especulações sobre a realização de uma eleição indireta, o presidente Michel Temer gravou pronunciamento nesta quinta (25) para defender que ainda tem condições de governabilidade para continuar à frente do Palácio do Planalto. No vídeo veiculado nas redes sociais, ele ressaltou que o país não está paralisado e, mesmo diante do cenário atual, foram aprovadas medidas econômicas no Congresso Nacional. "O Brasil não parou e não vai parar", disse.

SEGURANÇA PÚBLICA

Cerca de 20 opiniões foram ouvidas. Mesmo sem confirmação de data, projeto deve ser votado antes das festas juninas

Audiência sobre fogos lota Câmara; torcidas aparecem

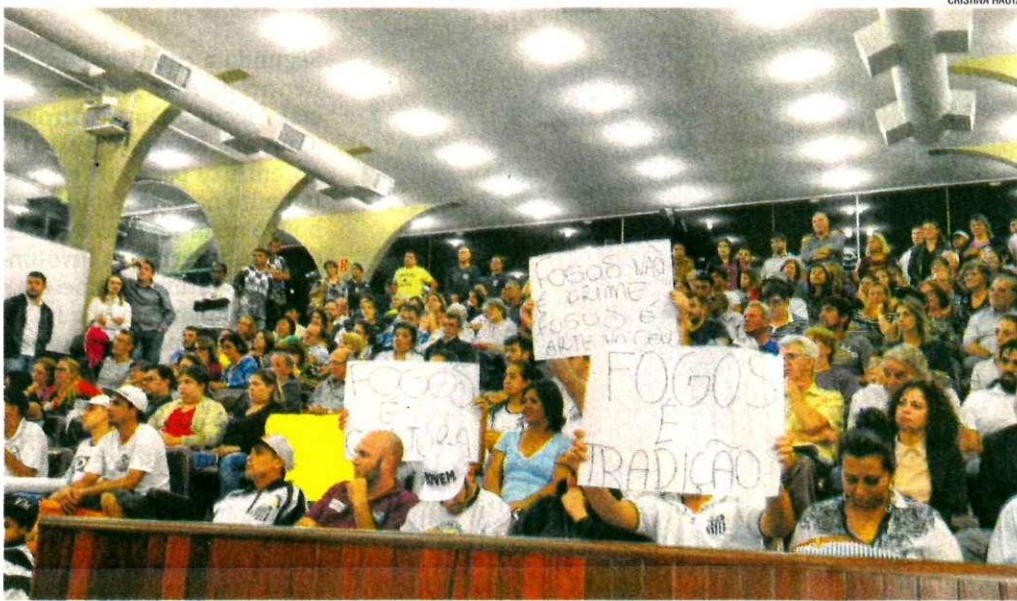
CARLOS SANTIAGO
csantiago@jj.com.br

O plenário da Câmara Municipal de Jundiá lotou, ontem, para a audiência pública que discutiu o projeto de lei 12.242/2017. De autoria dos vereadores Faouz Taha (PSDB), Leandro Palmari (PV), Paulo Sérgio Martins (PPS) e Rafael Antonucci (PSDB), o projeto veda a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos de efeito sonoro no município.

Também estavam presentes (além dos autores do projeto) os vereadores Gustavo Martinelli (PSDB, que presidiu a audiência), Albino (PPS), Márcio Cabeleireiro (PMDB), Arnaldo da Farmácia (PDT), Romildo (PR), Cícero da Saúde (PROS), Dika (PR), Douglas Medeiros (PP), Valdeci Vilar (PTB), Rogério (PHS) e Cristiano Lopes (PSD).

Na assistência havia, lado a lado, representantes de torcidas dos principais times estaduais - que se manifestaram empunhando cartazes e vaian-do em diversos momentos.

O primeiro a falar foi Paulo Sérgio Martins - que lembrou que o projeto não impede a venda de fogos no município. "A audiência pública é para, após as partes serem ouvidas, que se façam as adaptações ne-



DISCUSSÃO Projeto de lei tentará vedar a soltura de fogos de efeito sonoro, mas as opiniões na audiência foram divergentes

cessárias ao projeto".

Rafael Antonucci lembrou danos à saúde animal e às pessoas, descrevendo os perigos e doenças que podem ser causadas em decorrência dos fogos. "Há estudos que demonstram que até mesmo plantas e árvores sofrem com os fogos".

Faouz Taha se disse feliz pelo momento democrático e pediu 'serenidade' aos participantes. E informou: "Este ano, o Rodeio de Americana vai proibir fogos". Ele agradeceu pela informação trazida por Mariza

Pomílio (Ateal), segundo a qual chega a 140 decibéis o nível de ruído causado por fogos - o mesmo de um avião a jato.

Leandro Palmari lembrou que um projeto foi aprovado, por unanimidade, em 2013, logo após a tragédia da boate Kiss (em Santa Maria-RS). "Naquela ocasião, aprovamos projeto proibindo fogos em locais fechados. Agora, queremos avançar".

Algumas opiniões
Leonildo da Silva se disse

preocupado com a questão do desemprego. "Sou a favor dos fogos, são uma cultura nacional. E ninguém vai querer comprar fogos pequenos, só os grandes. As lojas correm risco de fechar".

Vinícius Sacramone disse que mora em zona rural e que é frequente o fato de cavalos fugirem por causa do barulho dos fogos. "Não há muro, não há cerca que contenha um cavalo assustado".

Ivanilde Oliveira de Jesus é membro do Conselho da Pes-

soa com Deficiência. Deficiente visual, ela disse que 'achava lindos os fogos'. Mas relatou que o barulho a deixa transtornada e desorientada.

Lucas Buiochi, diretor regional da Associação Brasileira de Pirotécnia e dono de loja de fogos em Jundiá, diz trabalhar no setor há mais de 25 anos. "Construí uma loja segundo as normas e me mantenho atualizado para oferecer o que há de mais seguro para oferecer aos meus clientes. Pago meus impostos e agora algumas pessoas me ameaçam de fechar as portas".

Marcelo Baldan tem loja de fogos há 20 anos. "O que vocês estão fazendo é levando o setor para a ilegalidade. Ninguém vai parar de soltar fogos, mesmo que as lojas acabem. E isso vai gerar mais acidentes".

Maria Cristina Reiter Timponi, da Associação de Médicos Veterinários de Jundiá e Região, contou um caso. "Uma pastora alemã quis fugir após um estampido, tentou pular a grade da casa e ficou presa na lanca da casa".

Carmelito de Jesus contrapôs e defendeu o direito de cada um fazer o que quiser. "Os pancadões, que são frequentes em Jundiá, causam mais problema que os fogos", opinou.

NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

OAB protocola pedido de impeachment de Temer

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) protocolou nesta quinta-feira (25) pedido de impeachment do presidente Michel Temer na Câmara dos Deputados.

O pedido tem como fundamento a crença de que o presidente Temer cometeu crime de responsabilidade, ao prevaricar por não ter denunciado quando ouviu Joesley Batista, um dos donos da JBS, contar que comprava procuradores e juizes da Lava Jato. A conversa foi gravada pelo empresário no dia 7 de março e faz parte

das provas de acordo de delação premiada.

O texto utiliza as delações dos irmãos Batista como fundamento e solicita que eles sejam chamados como testemunhas no processo.

A OAB cita entrevista de Temer à Folha de S.Paulo, na qual o presidente confirma a conversa. Os pronunciamentos oficiais do presidente também foram usados como argumentos para o pedido de impeachment.

Lamachia disse que a OAB cumpria seu papel ao pedir o impedimento de Temer.

"Dessa forma, a OAB se movimentou de maneira técnica, isenta e independente", disse ele.

Tumulto

A entrada do presidente da Ordem Cláudio Lamachia e outros conselheiros federais da instituição foi marcada por dificuldades para acessar o prédio. Inicialmente, o número de visitantes havia sido restringido a 35 - a comitiva tem 300 pessoas. A quantidade de jornalistas acompanhando os advogados também prejudicou a entrada na

Câmara. Segundo Lamachia, depois disso ainda houve mudança na portaria pela qual a comitiva acessaria o prédio. O presidente da OAB evitou falar no nome do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), mas deu a entender que partiu dele a ordem para dificultar o acesso da comitiva.

Maia não recebeu o pedido pessoalmente, que foi registrado no setor de protocolo da Câmara.

Diferentemente de quando a OAB entrou com pedido de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, no ano

passado, dessa vez não houve protestos de populares ou parlamentares.

A decisão de pedir o impeachment de Temer foi tomada na madrugada do último domingo (21), quando 25 bancadas de conselheiros federais votaram pelo pedido. Uma bancada, Acre, não conseguiu chegar para a reunião.

A única bancada contra foi a do Amapá. Servidores do Estado que estavam na Câmara nesta quinta protestaram contra a decisão da bancada durante a passagem dos advogados. (Folhapress)

MELHORIAS DE ACESSO

Aprillanti apresenta demanda para representantes da Autoban

O deputado estadual Junior Aprillanti (PSB) esteve reunido nesta quinta-feira (25) com os diretores da CCR Autoban, concessionária que administra as rodovias Anhanguera e Bandeirantes. A melhoria do acesso entre as cidades de Cajamar e Jundiá e o andamento das obras nas alças de acessos, também em Jundiá, foram discutidos.

"Uma nova transposição entre Jundiá e Cajamar facilitará significativamente a vida da população da Região. Trará mais segurança e mobilidade para os motoristas e moradores que trafegam pelo local diariamente", afirmou o deputado Junior Aprillanti.

Os usuários que passam pelo trecho são obrigados a fazerem maiores deslocamentos. A Autoban informou que há um projeto para melhorar o tráfego pela re-



REUNIÃO Melhoria do acesso entre Cajamar e Jundiá esteve na pauta do encontro

gião, implantando um novo viaduto no km 47,5 da rodovia.

O deputado Junior Aprillanti aproveitou e lembrou que protocolou um projeto de lei para denominar as alças com o nome do ex-prefeito e deputado estadual Ary Fossen, como forma de homenagear aquele que muito trabalhou

pelo desenvolvimento da cidade e idealizou o projeto da nova rodovia em Jundiá (Km 56).

Participaram do encontro o diretor operacional, Roberto Siriani de Oliveira; o diretor de Administração do Contrato, Hamilton Duarte; e o engenheiro Grover Lopes Carvalho.

DA MALA DA JBS

Loures deposita R\$ 35 mil que faltavam

O deputado federal afastado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) fez um depósito no valor de R\$ 35 mil em conta judicial para completar o valor que estava na mala de dinheiro supostamente pago pela JBS.

Um dos auxiliares mais próximos do presidente Michel Temer, Rocha Loures foi acusado por Joesley Batista de ter recebido R\$ 500 mil de propina.

Na segunda (22), seus advogados devolveram a bagagem à superintendência da Polícia Federal em São Paulo. No entanto, havia 9.300 cédulas de R\$ 50 em uma mala "de cor predominante-

mente preta", no valor total de R\$ 465 mil. Ou seja, faltavam R\$ 35 mil do total entregue e relatado pelos delatores.

Mais um assessor sai

O presidente Michel Temer perdeu na noite de terça-feira (23) mais um assessor especial da presidência da República.

Após a exoneração de Tadeu Filippelli, preso em operação da Polícia Federal, Sandro Mabel entregou carta de demissão ao peemedebista.

Mabel é o quarto assessor especial do presidente que deixa o governo. Além de Filippelli, saíram Rodrigo Rocha Loures e José Yunes. (Folhapress)